

RAUL AZEDO E O COMUNISMO

Mariana Nolêto Wanderley

1. INTRODUÇÃO

1.1 ENSAIO CIENTÍFICO

A publicação a seguir se apresenta como resultado literário de pesquisa orientada pelo Professor Doutor Ricardo Japiassu com apoio da Faculdade Damas da Instrução Cristã. O projeto, como um todo, propõe analisar e expor ao conhecimento público ideias de alguns dos mais importantes pensadores e ativistas comunistas que atuaram no Brasil na década de 1920. Com o título “*Ideias Europeias nos Trópicos: Alice Azedo Pimenta e o Comunismo*”, a investigação aborda a chegada do pensamento comunista ao Brasil, vindo da Europa, dando ênfase à cidade do Recife e intelectuais que contribuíram para a disseminação da ideologia na região.

Em âmbito mais particular, o ensaio desenvolvido por mim discorre sobre Raul Azedo, médico cardiologista e jornalista da revista comunista *O Tacape*, em circulação na primeira metade do século XX na cidade do Recife. O texto integra aspectos interpretativos e ações do jornalista, baseados em seus escritos na revista, juntamente com sua explícita e vigorosa vertente comunista.

A busca e a verificação de dados utilizados no estudo exigiram dedicação para analisar e absorver informações sobre o autor, sua perspectiva quanto à realidade e seu papel ativamente engajado na sociedade por meio de seus escritos. O projeto teve prazo de seis meses de elaboração, onde os três primeiros foram dedicados à pesquisa e leitura efetivas e os últimos três, à elaboração de ensaio científico a respeito do assunto proposto.

A investigação se desenvolveu a partir, principalmente, de periódicas visitas à Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco. Foram realizadas consultas e análise das edições originais do jornal *O Tacape* dos anos de 1928 e 1929, disponíveis na instituição. Não houve dificuldade no acesso aos textos devido à razoável organização da Biblioteca e do acervo de jornais e revistas antigos. Todavia, o estado precário dos registros originais se apresentou como obstáculo no desenvolvimento da pesquisa. Alguns estavam bem

conservados, outros, porém, apresentavam-se tão puídos que era comum a dificuldade na leitura, além da deterioração das páginas ao toque.

Outro empecilho, se contrapondo à relativa facilidade em encontrar conteúdo publicado pelo jornalista, foi a escassez de material sobre sua trajetória pessoal, impedindo delinear perfeitamente o perfil do objeto pesquisado, sendo capaz apenas de inferências baseadas em suas colocações e relatos de terceiros a seu respeito. Ademais, a caligrafia original se mostrou como nova barreira. Como os textos haviam sido feitos no início do século XX, diversas palavras eram escritas de formas diferentes e tinham significados distintos dos de hoje, além da linguagem da época exigir concentração extra para ser compreendida com exatidão.

O projeto se propôs, também, a recuperar diversos textos originais publicados no jornal *O Tacape* que estavam em péssimo estado de conservação. Eles foram copiados e digitalizados de forma a combater o esquecimento e a perda dessa parcela tão importante, reivindicadora e transformadora da histórica pernambucana.

A pesquisa contou ainda com análise referente ao movimento comunista no que tange às Relações Internacionais e a vinda dessa visão revolucionária ao Brasil. Foram realizadas leituras extensas e consultas em livros relacionados direta e indiretamente ao tema supracitado, além de artigos científicos, ensaios e resenhas auxiliando, assim, na elaboração de uma base mais solidificada para o ensaio.

O trabalho procura amalgamar as agitadoras ideias de Raul Azedo, a explícita tendência comunista presente em seus textos e a teoria do marxismo dentro das Relações Internacionais, buscando analisar vieses ideológicos, pessoal, religioso, político e prático levantados em suas publicações. Raul expõe, conforme o decorrer da pesquisa, intensas críticas a respeito da influência que a religião exerce sobre a sociedade, oposição quanto ao seu caráter ludibriador e forte crença na ciência e no positivismo:

Há mais moralidade em uma regra de matemática, uma lei de física, de química ou de biologia do que em preceitos de Moisés, Maomé ou Cristo. Moral é solidariedade e progresso, e só a ciência unifica e propele os homens. As religiões os lançam uns contra os outros. (AZEDO, 1929)

Com efeito, o jornalista aplica extensa dedicação à crítica às religiões em suas colocações. Azedo demonstra, também, forte entusiasmo no que tange à produção de textos

relacionados à medicina, além de esforçar-se, particularmente, na análise, crítica e engajamento concreto no que diz respeito ao modelo pedagógico empregado na época e ao sistema educacional brasileiro como um todo.

Possuidor de um estilo literário singular, Raul procura desenvolver suas ideias a partir de textos voltados ao gênero narrativo descritivo, onde produz histórias fundamentadas em acontecimentos reais. De maneira sutilmente enigmática, ele cativa a atenção do leitor com uma escrita fascinante e um mistério que só é totalmente revelado ao final do texto, apresentando uma linguagem relativamente acessível aos padrões da época, apesar do alto nível de erudição do autor.

2. ANÁLISE TEÓRICA

2.1 O COMUNISMO E A TEORIA MARXISTA

O comunismo se traduz em uma alternativa de quebra de paradigma na ordenação social, política e econômica vigente, onde as desigualdades seriam sistematicamente suprimidas. Diante dessa premissa, o movimento comunista compartilha da crença de que as desigualdades sociais geram conflitos que se desdobram em questões como violência, miséria e guerras, e que o choque entre as classes sociais rivais – a burguesia e o proletariado – provoca uma instabilidade permanente na sociedade.

Sabe-se que o surgimento dessa ideia advém de experiências socialmente vividas que datam de muito antes do desenvolvimento do sistema capitalista, tendo raízes na Grécia Antiga, passando pela Idade Média e desaguando na Revolução Industrial e no surgimento do Capitalismo.

O filósofo Platão, por exemplo, procurou conceber uma configuração de sociedade e governo ideais em seus escritos. Ele dedicou boa parte de seu tempo defendendo a ideia de que a propriedade privada deveria ser confiscada pelo Estado, que faria dela um fundo comum utilizado somente para a proteção coletiva. Segundo o pensador, as famílias deveriam ser abolidas, tendo a união sexual caráter apenas temporário. Além disso, a criação dos filhos deveria ser de responsabilidade do Estado, reforçando a imagem de uma comunidade que colocaria em segundo plano os interesses individuais e familiares em detrimento da coletividade. (PLATÃO, 2007)

Ideias de mesma natureza passaram também pela Era Medieval. Foi fomentada a criação de movimentos que procuravam combater as desigualdades sociais exacerbadas pelo intenso enriquecimento da Igreja Católica e pela crise do sistema feudal. As inquietações surgidas nessa época criticavam veementemente as injustiças e eram motivadas por um discurso com traços claramente religiosos. Algumas das mais radicais dessas agregações apoiavam como instrumento para solucionar a questão a extinção da classe da nobreza e a revolta dos camponeses contra o *status quo*.

Durante o século XVI, quando a burguesia já se mostrava ascendente, vários outros intelectuais se ocupavam em combater essas diferenças sociais, criticando os valores morais de seu tempo e tentando projetar o conceito de uma sociedade ideal. A tendência de pensamento da época era o raciocínio renascentista iluminista, que pregava o individualismo como fator central do desenvolvimento humano. Todavia, alguns pensadores contrariavam essa direção. Um exemplo emblemático é o filósofo Thomas Morus, que escreveu em 1516 o livro *Utopia*. O intelectual britânico, a partir de sua obra, introduziu novas bases defendendo o comunismo e sua conduta por meio de mecanismos que privilegiassem o coletivismo em detrimento da individualidade, buscando uma condição social mais harmônica.

Seguindo a cronologia histórica, o surgimento da Revolução Inglesa no século posterior serviu de inspiração para o aparecimento de diversos movimentos de caráter comunista. Enquanto a burguesia inglesa nascia e brigava por seus direitos, trabalhadores urbanos e do campo se organizavam no sentido de reivindicar pelo fim da propriedade privada. Entre os anos de 1649 e 1650 eclodiu um movimento composto por trabalhadores camponeses que, cansados de suas condições precárias e das injustiças sociais vivenciadas em seu tempo, defendiam a substituição de uma sociedade feudal por um modelo socialista essencialmente agrário e cristão.

Conhecidos como os *Diggers* (ou escavadores), advogavam também pela coletivização das riquezas de maneira igualitária. Eles se reconheciam como os verdadeiros niveladores (*True Levellers*), fazendo alusão aos *Levellers* (ou niveladores), – movimento britânico que defendia a igualdade política na sociedade – já que os camponeses buscavam levar a igualdade também para a esfera econômica.

O grupo, assim como seu líder Gerrard Winstanley, buscava uma revolução que privilegiava a teoria coletivista em substituição da competição mercantil burguesa,

defendendo que a liberdade política só seria alçada se em conjunto com a igualdade econômica. Com esse pensamento extremamente moderno, é possível notar um adiantamento do que viria a ser o socialismo e o comunismo dos tempos progressos.

Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, surge em contrapartida, novo entusiasmo quanto à produção de pensamento que pudesse se opor a esse sistema considerado tão desigual. Eis que, então, o ideal socialista começa a se alastrar. Karl Marx e Friedrich Engels, responsáveis por um exame histórico-econômico mais detalhado do progresso das relações entre as classes sociais, desenvolvem uma reflexão teórica que deslancha no socialismo científico, manifestando-se como o ápice das tentativas de explicação das disparidades sociais.

O conceito é construído a partir de crítica severa às sociedades capitalistas, desenvolvendo um programa de ação política no qual as dimensões abstratas e concretas são agregadas, propondo o levante de uma verdadeira revolução na sociedade. Influenciados pela filosofia da história e dialética hegeliana – por meio de uma ótica extremamente crítica – e baseados em uma profunda análise da evolução das sociedades, esses filósofos buscaram perceber e desenvolver na realidade material a elaboração de uma premissa que estabelece como alicerce de transformação o antagonismo das classes sociais.

Marx, outrora seguidor e difusor das ideias de Hegel, acabou por romper com esse pensamento após contato profundo com a perspectiva proposta por Feuerbach. Ele sustentou a percepção da história baseada na *progressão dialética*, mas reformulou o conceito defendido por Hegel, tecendo a *dialética materialista* – elemento essencial de sua teoria. A partir desse prisma, o cientista político integra o plano imaterial com o real e expõe as contradições existentes entre a realidade e o pensamento dialético, e defende que somente a partir da compreensão desses paradoxos, pode-se superá-los – através justamente da dialética.

Marx também descartou a ideia, defendida por Hegel, do *espírito do mundo* (*Weltgeist*) enquanto essência representativa da consciência humana exposta na noção de Deus. A doutrina hegeliana se faz presente na exaltação da liberdade e da personalidade. Para ele, o subjetivo e o objetivo se entrelaçam a ponto de serem categorias idênticas na completa liberdade do eu, que se traduz a partir desse espírito absoluto. Dentro de seu processo dialético, o idealista propõe um entendimento onde a tese é a lógica, que se vincula ao espírito subjetivo, à alma e à consciência; a antítese é a filosofia da natureza e suas ciências, que se

vincula ao espírito objetivo onde se pode perceber o direito, a moral e a história; e a síntese, superando a contradição, é a filosofia do espírito traduzida no *espírito do mundo* – absoluto, que se vincula à religião.

Para Hegel, o processo se estende pela família, sociedade e Estado de maneira progressiva. Toda a evolução histórica é entendida como a extrinsecação do *espírito do mundo* e se baseia numa tríade. A primeira objetivação se expressa na *natureza* compreendida na fase do *em si*; logo depois, na *cultura*, abrangendo as línguas, literatura, religiões e o Estado, expressa na etapa do *fora de si*; e numa terceira etapa se encontra a intrinsecação, o *retornar a si*, a volta ao *espírito do mundo*, que representa a transformação da inconsciência para a consciência, manifestada apenas por intermédio dos grandes santos, artistas e filósofos. O pensador enfatiza, ainda, o gérmen da moralidade na religião e não no Estado.

Importante distinção se encontra na interpretação da história real da evolução das sociedades feitas por Hegel e Marx. O primeiro afirmava que ela só poderia ser compreendida a partir do prisma onde a realidade é determinada pelas ideias e entendida como história do desenvolvimento da *consciência da liberdade*. A produção de novos conceitos sobre como a vida social deve processar-se viria a partir da reflexão a cerca do antagonismo presente entre as *ideias de liberdade* e as *ideias de coerção*, intimamente vinculadas à condição da natureza selvagem humana. Para o pensador, somente através de profunda reflexão filosófica é que o homem conseguiria se libertar, gradativamente, de sua situação ‘selvagem’, levando-o a perceber o *espírito do mundo* como o verdadeiro sujeito da história.

Em contrapartida, Marx elaborou a compreensão de que não são nas ideias nem na consciência humana acerca da realidade social, onde se estabelece a gênese da história do homem. Pelo contrário, é na ação concreta e material do indivíduo, ou seja, no trabalho. Com isso, o alemão transmuta a dialética hegeliana, aplicando a materialidade na origem da construção histórica do corpo social, empregando a realidade material como preexistente a qualquer pensamento e fornecendo assim um ponto de vista totalmente inovador. (BOTTOMORE, 2011)

O pensador não estabeleceu sistematização no que tange o conceito de Estado propriamente dito. Em compensação é possível observar que Marx teceu sua primeira obra baseada na crítica de uma parte significativa da seção sobre o Estado da *Filosofia do Direito* de Hegel. Ademais, o alemão tratou de contar a história de sua formação no prefácio de *Para*

a *Crítica da Economia Política*, chegando a conclusão de que “tanto as relações jurídicas quanto as formas do Estado não podem ser compreendidas nem por si mesmas nem pela chamada evolução geral do espírito humano, mas antes têm suas raízes nas relações materiais da existência”. (MARX, 1859 apud BOBBIO, 2004)

Entretanto, depois da crítica supracitada feita a Hegel, Marx não elaborou conteúdo a respeito exclusivamente da problemática do Estado. A partir da análise desses primeiros escritos e de passagens em suas obras a respeito do assunto, é que se pode estabelecer interpretação, ainda que ambígua, sobre o que o Estado significava para o filósofo. Partindo de sua rejeição ao método especulativo da filosofia política hegeliana, Marx oferece uma teoria do Estado entendida pelo prisma do estudo da economia política, inteiramente conexas à teoria geral da história da humanidade, onde ele apresenta uma inversão no que tange às relações tradicionais entre sociedade – tanto natural como civil – e Estado.

Essa mudança exprime uma importante ruptura no que concerne a tradição da filosofia política moderna (representada por pensadores como Hobbes, Locke, Rousseau, Kant e o próprio Hegel). Marx entende o Estado como uma superestrutura em referência à sociedade pré-estatal, sendo esta última a esfera onde são concebidas e desenvolvidas as relações materiais de existência, ou seja, onde as classes sociais são formadas e onde são manifestadas suas contradições. Por meio dessa linha de pensamento, a qual serve de base para a filosofia da história marxista, o estudioso infere o inevitável desaparecimento dessa superestrutura dentro do contexto da futura sociedade sem classes.

Para Marx, o papel desempenhado pelo Estado (que em sua análise sempre será o Estado burguês) é justamente o de repressor, tendo, no geral, como função principal, impedir que o antagonismo se transforme em uma luta de classes permanente, privilegiando a manutenção do domínio de uma classe sobre a outra. O filósofo traduz esse pensamento quando escreve em sua obra *A ideologia alemã* que o Estado:

“nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão por necessidade, tanto interna como externamente, a fim de garantir reciprocamente sua propriedade e seus interesses. (...) O Estado é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem prevalecer seus interesses comuns e em que se resume toda a sociedade civil da época”. (MARX, 1845-1846 apud BOBBIO, 2004)

O pensamento marxista deita suas raízes na busca pela transformação social por meio da luta de classes e do materialismo histórico. De acordo com essa perspectiva, as tensões

geradas pela exploração do trabalhador pelo burguês, se tornariam insustentáveis, e conduziria à revolução do proletariado. Esse movimento traria, então, a transformação dos meios de produção em bens comuns, abolindo, assim, os antagonismos existentes entre ambas as classes.

Portanto, as desigualdades inerentes ao sistema capitalista seriam extintas quando as classes submissas tomassem o poder do Estado, e as instituições fossem destruídas e substituídas por novas totalmente diferentes. Para Marx, a existência de classes era apenas uma das etapas da evolução histórica das sociedades e a luta e os antagonismos presentes nessa contraposição geraria inevitavelmente a ditadura do proletariado. Essa ditadura, pois, se fundamentaria em um período político de transição que logo daria lugar a uma sociedade sem classes e à extinção do Estado – era preciso que o Estado burguês fosse suprimido e depois o Estado como aparato organizacional fosse superado.

Nesse período de transição, a classe proletária teria, então, o dever historicamente estabelecido de articular mudanças adequadas que levariam ao fim das desigualdades sociais e econômicas. O socialismo, destarte, seria alcançado e após sucesso contra qualquer tipo de resistência e sua proliferação por todo o mundo, poderia ser evidenciado o objetivo final do movimento – o estabelecimento do comunismo.

Com efeito, somente quando o Estado, compreendido como organização de controle da sociedade, fosse abolido e as riquezas fossem igualmente divididas a todos aqueles que contribuíssem com sua força de trabalho, é que ocorreria o real estabelecimento do comunismo, no qual reinaria a paz e a justiça. Karl Marx, como teórico engajado, pretendia não somente fazer uma interpretação do universo ao seu redor, mas também realizar uma verdadeira transformação na sociedade.

Marx acreditava no comunismo como um movimento possível de ser estabelecido e não como um modelo de sociedade ideal. Segundo o filósofo, este movimento real se manifestava no movimento operário. É por meio do emblemático *Manifesto Comunista* de 1848 que Marx e Engels convocam essa massa de assalariados a se mobilizar:

(...) A história da sociedade até agora tem sido a história das lutas de classes. Homens livres e escravos, patrícios e plebeus, senhores e servos, mestres e empregados, numa palavra, opressores e oprimidos estavam em constante oposição, empenhados numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que cada vez

terminava numa transformação revolucionária de toda sociedade ou na destruição das classes em conflito.

(...) As armas com as quais a burguesia abateu o feudalismo voltam-se agora contra ela própria.

A burguesia, porém, não só forjou as armas que provocam sua morte; gerou também os homens que manejarão estas armas, os trabalhadores modernos, os proletários. (...)

O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com sua existência. (...)

[Depois da revolução] Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e lutas de classes, haverá uma associação, na qual o livre desenvolvimento do indivíduo é a condição do livre desenvolvimento de todos... Os comunistas se recusam a ocultar suas ideias e objetivos. Declaram publicamente que seus objetivos só poderão ser alcançados pela subversão violenta de toda a ordem social vigente.

Que as classes dominantes estremeçam diante duma revolução comunista, os proletários nada tem a perder com ela, a não ser suas algemas. E têm um mundo a ganhar.

Proletário de todo mundo, uni-vos!

(MARX; ENGELS, 1848 apud LANGENBUCHER, 1972)

2.2 O MARXISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No que tange ao contexto global, Karl Marx não elaborou nenhuma teoria das Relações Internacionais propriamente ditas. O filósofo não cultivou entusiasmo específico pela evolução do capitalismo no âmbito internacional, assim como também não sistematizou teoricamente em seus escritos o Estado nacional – considerado ator central nas principais teorias da disciplina. Para o alemão, no entanto, era clara a abrangência global, o caráter universalizante e a força modernizadora e civilizatória que possuía o capitalismo.

Ele acreditava que o capitalismo alcançaria todo o mundo, se tornando o modo de produção dominante. Entretanto, suas próprias contradições o fariam estagnar e ser superado por um novo modelo social de produção. Marx defendia a ideia de que a sociedade era conduzida por algumas leis econômicas independentes da vontade humana. E as mudanças

históricas, como a ascensão, a generalização, a predominância do modo de produção capitalista seguida de seu declínio e fim, eram transformações necessárias que inevitavelmente aconteceriam.

Embora o pensador não tenha elaborado narrativas sobre política internacional especificamente, os estudos de Marx, quando avaliadas certas questões fundamentais de sua teoria, fornecem contribuição essencial para uma interpretação crítica das relações internacionais. Como exemplo cabe citar que na visão do filósofo as relações humanas eram resultado de sua própria ação e não consequência de forças da natureza incapazes de serem regidas. Assim, segundo ele, precisamos conceber o capitalismo não como o modo de produção mais racional e eficientemente produzido, mas sim como uma construção histórica humana.

Idem, deveríamos compreender a existência e a disposição dos Estados nacionais como condição específica de sistematização política e não como categorias a priori de demonstração de unificações por meio de elos culturais e características comuns de determinada comunidade. Fundamental produto de tal dimensão seria o câmbio de uma visão onde o homem passaria de objeto passivo de efeitos da natureza para uma ótica que o apresenta como sujeito, na essência da história – em contraposição ao pensamento da evolução histórica hegeliana.

Para Marx, as discórdias e discrepâncias vividas no sistema internacional deveriam ser analisadas como conflitos intrínsecos à propagação do capitalismo. A revolução socialista, que estrearia nos países desenvolvidos, traria um novo ordenamento internacional, resultado da superação do capitalismo.

O filósofo tanto percebeu a importância da dimensão internacional da revolução socialista que apoiou a criação e estruturação da Associação Internacional dos Trabalhadores – a Primeira Internacional Comunista, em 1864, em Londres. Ele defendia a superação da falta de solidariedade por meio dessa nova organização, que pretendia conduzir movimentos revolucionários em diversos países diferentes:

As considerações de Marx sobre o papel da Internacional nos permitem identificar três elementos importantes de sua teoria política: 1. A necessidade de organizar as classes trabalhadoras em escala nacional, formando partidos políticos para conquistar o poder; 2. A centralidade da solidariedade internacional para a luta dos trabalhadores dada a dimensão internacional da contra-revolução; 3. O fator

crucial do envolvimento das classes trabalhadoras nos “ministérios da política internacional”. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005)

Esse movimento proveniente do proletariado, acreditava Marx, era o mecanismo através do qual as ambições partilhadas por todos os trabalhadores de diferentes países seriam articuladas e transformadas em estratégias políticas. Portanto, esta camada social deveria ser compreendida como um tipo de classe internacional e seu plano de ação político, num âmbito internacionalizado. Em outras palavras, a Internacional Socialista deveria atuar como uma espécie de partido internacional do trabalhador que, conforme uma identidade de classe fosse delineada se tornando a base da solidariedade internacional, assumiria um posto de dirigente no âmbito da formulação de estratégias revolucionárias internacionais.

Foi baseado nas ideias inovadoras de Marx que Lênin articulou uma perspectiva que é considerada a análise mais acerca de uma teoria marxista das Relações Internacionais propriamente dita. Lênin foi capaz de criar uma teoria política que pretendia posicionar o processo revolucionário vivido em seu país no cenário internacional, além de produzir o alicerce científico para táticas revolucionárias internacionais.

Ele se utilizou das premissas marxistas e as transplantou para o plano internacional, privilegiando as desigualdades entre os Estados nacionais. Ou seja, se antes os burgueses eram visto como opressores e os operários como oprimidos, ele disseminou uma perspectiva onde os países desenvolvidos eram considerados exploradores, e os menos desenvolvidos, explorados.

A principal e mais importante diferença entre as duas teorias é exatamente a introdução do Estado-nação como peça central do arranjo internacional em detrimento das classes sociais. Lênin estabeleceu uma ótica onde a luta de classes era agora travada entre os diferentes Estados num âmbito internacional, e concedia a essa abrangência global relevância fundamental e superior ao conflito em escala nacional:

A competição não desapareceu, portanto, mas assumiu uma nova forma, na qual o protagonista da luta de classes não eram mais classes no interior dos Estados, mas tornaram-se, elas mesmas, Estados. (KUBÁLKOVÁ, 1989 apud NOGUEIRA; MESSARI, 2005)

Durante o decorrer dos anos, diversos teóricos e pensadores se ocuparam de tentar repaginar a teoria comunista marxista a partir de suas próprias perspectivas e de explicar esse

fenômeno que ia se espalhando cada vez mais por todo o mundo. Alguns exemplos mais recentes, inspirados nos estudos de Marx e vinculados às Relações Internacionais, são as teorias da dependência e o estruturalismo marxista de Wallerstein.

3. A CHEGADA DO COMUNISMO

Início do século XX, Recife, Pernambuco. Estradas de ferro que ligam a cidade aos Estados de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte agitam a região que registra uma população de quase 240.000 habitantes. Com o mais movimentado porto marítimo da região e considerado um centro cultural e de ensino de grande expressão no cenário nacional, o Recife era um grande empório comercial e palco de crescente efervescência intelectual. É em meio a este enredo que desembarca em terras tupiniquins, vindo do velho continente, um alvoreço ideológico cada vez mais expressivo no mundo todo: o comunismo.

Com base nessas novas inspirações, intercaladas ao desenvolvimento de terríveis condições sociais, especialmente no setor do trabalho, graças à, cada vez mais crescente, industrialização, as agitações operárias tomam conta da rotina dos europeus.

23 de fevereiro de 1917, São Petersburgo, Rússia. Nota-se naquela região de inverno severo, pequena movimentação em frente a uma fábrica têxtil da cidade. Uma passeata em comemoração ao dia internacional da mulher junta diversos trabalhadores, na sua maioria mulheres, em manifestações e reivindicações. Descontentes com as precárias e insalubres condições de trabalho, as quais só uma industrialização desenvolvida sem estruturação, método ou planejamento, como fora a da Europa do século XVIII, poderia proporcionar, um pequeno agrupamento de operários resolve cruzar os braços.

Essa iniciativa dá vazão a um movimento antes reprimido, mas que se expressa em diversas outras fábricas e cidades do lugar. No final do dia, já eram mais de um milhão de pessoas em greve, unidas contra o Czar nas ruas da capital. Além do elemento supracitado, a longa duração da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a participação da Rússia, que mesmo debilitada frente à derrota militar contra o Japão (1905) envolve-se em outro grande conflito, provoca crise de abastecimento alimentar nas cidades, desencadeando uma série de greves e revoltas populares. Em 15 de março de 1917, as forças da oposição depõem a dinastia dos Romanov, no poder há mais de 300 anos.

A queda do czarismo russo foi resultado de movimentações imanentes e espontâneas, que partiram das massas, sem participação direta dos líderes nem conduzidas por partidos políticos. Isto por que, por conta da repressão, seus principais articuladores e organizações centrais dos partidos de esquerda estavam fora da Rússia no momento da insurreição.

À medida que os trabalhadores de São Petersburgo e Moscou se movimentavam em direção à revolução comunista, em clima mais ameno, o proletariado paulista dava seus primeiros passos. Fartos das condições precárias de trabalho e da exploração a qual eram submetidos, resolveram agir como seus contemporâneos do leste europeu e em julho de 1917 fizeram a cidade de São Paulo parar na primeira grande greve da história do Brasil.

Pode-se afirmar que as agitações populares neste país tropical, ocorridas durante as primeiras décadas do século XX foram uma expansão natural e inevitável do fervor revolucionário da Europa que pipocava, procurando espaço na América Latina. Em 1922, somente cinco anos mais tarde, o Partido Comunista (PCB) seria fundado no Rio de Janeiro, sendo marcado por diversos períodos intercalados de legalidade e clandestinidade.

O ano de 1922 viria a se mostrar como um marco na história do Brasil. Enquanto a criação do PCB se anunciava, e renomados artistas lideravam a realização da Semana de Arte Moderna de São Paulo numa revolução cultural que subvertia a linguagem da arte e apresentava uma ruptura libertadora com o passado vanguardista, o início das revoltas tenentistas desabrochava.

O movimento político-militar revelou uma série de rebeliões comandadas por jovens oficiais do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro. Insatisfeitos com a situação política do país, apoiavam consistentes reformas na estrutura de poder. Agiam especialmente contra o domínio das oligarquias, representadas pela política do café com leite, dedicando esforços em sua primeira empreitada para tentar evitar a posse do mineiro Arthur Bernardes na presidência da República. Dentre as reivindicações do grupo, seria dada maior ênfase ao estabelecimento do fim do voto de cabresto, à instituição do voto secreto, à reforma na educação pública e à obrigatoriedade do ensino secundário para toda população.

Das agitações, que contestavam os fundamentos da República Velha, surgiria a Coluna Prestes em 1925, comandada por Luís Carlos Prestes, homem que mais tarde se tornaria um dos semblantes mais representativos do comunismo brasileiro. Sua caminhada de mais de dois anos pelo interior do país com armas na mão, recrutando simpatizantes, pregando restaurações

políticas e sociais e lutando contra o governo vigente, não adquiriu resultados instantâneos no que tange à verdadeira modificação na estrutura política do país e nem real adesão da população.

Com o final da marcha, sem concluir o propósito de difundir a revolução pelo Brasil, Prestes acaba viajando para a Rússia e se envolvendo com líderes da URSS, voltando, mais tarde, para seu país de origem clandestinamente, já membro da Internacional Comunista (IC) e afiliado ao PCB. A fim de disfarçar o caráter ilegal do partido, o capitão se envolve com agitações da Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento que unia tenentes, socialistas e comunistas insatisfeitos com as diretrizes da administração de Getúlio Vargas, propagando perspectiva antifascista e anti-imperialista.

É em meio a este cenário repleto de insurreições e lutas contra estruturas políticas vigentes que o ideário comunista começa a ganhar cada vez mais adeptos. E, claro, os principais centros culturais e de produção intelectual brasileiros não poderiam deixar de participar de tamanha revolução no pensamento fortemente conservador do país. Recife, na época com grande destaque à renomada Faculdade de Direito do Recife, apesar de ser um local em âmbito geral reacionário, reuniu diversos intelectuais ávidos por mudanças e dispostos a lutar a favor de suas crenças revolucionárias.

4. O COMUNISMO DE RAUL AZEDO

Respeitado médico baiano radicado no Recife, pai de Alice Azedo Pimenta e sogro do cearense Joaquim Pimenta, Raul Azedo foi um desses intelectuais que tiveram imensa influência na cultura e na história da cidade do Recife durante a primeira metade do século XX. Com escassa informação sobre sua vida pessoal e sobre sua infância, os primeiros relatos encontrados nesta pesquisa envolvendo Azedo datam já de sua fase adulta e ativa profissionalmente.

Raul inicia sua contribuição para a literatura periodista cooperando e desenvolvendo textos de conteúdo estritamente técnicos relacionados a sua instrução de cardiologista. Ainda em sua terra natal, ele colabora com *A Gazeta Médica da Bahia* (GMBahia), um órgão oficial da Faculdade de Medicina da Bahia, vinculado à Universidade Federal. Permanece como coadjuvante d'*A Gazeta*, que tinha publicações mensais, durante a última metade do século

XIX. Com o posto de Assistente da 1ª Cadeira de Clínica Médica, Raul escreve ao lado de conhecidos médicos conterrâneos, como Nina Rodrigues e Alfredo de Britto.

Homem de fortes convicções, declaradamente fã do naturalista francês Jean-Baptiste de Lamarck, que personificou as ideias pré-darwinistas sobre a evolução, seguidor das teorias evolucionistas de Darwin e da sociologia spenceriana, Azedo era fiel ao seu viés revolucionário e transformador.

No Recife, o intelectual contribuiu vigorosamente para o desenvolvimento da imprensa de Pernambuco fundando, apoiando e colaborando com diversos periódicos da região. Raul atuou pioneiramente, junto com outros intelectuais, no sentido de construir uma orientação socialista num lugar como o Brasil, fortemente agrário e, num âmbito geral, reacionário.

Ele foi fundador, diretor e coautor – juntamente com outros colaboradores –, no Recife, da revista literária e científica *A Evolução*, fundada em novembro de 1908, durando até agosto de 1909. Escreveu, também, artigos no *Jornal do Recife* por volta de 1909, ao lado de seu, na época, futuro genro Joaquim Pimenta. Contribuiu, ainda, com artigos publicados n’*A Província*, entre 1910 e 1920. Ademais, atuou como fundador e diretor no periódico *Diário do Povo*, no início da década de 1920.

Em 1928 decide fundar, em parceria com Joaquim Pimenta, Hersílio de Sousa e Metódio Maranhão, o jornal ideológico voltado inteiramente para uma visão crítica da sociedade e de natureza panfletária chamado *O Tacape*. O periódico é justamente o objeto de pesquisa deste ensaio e principal ferramenta utilizada para esclarecer a visão marxista revolucionária desses intelectuais evidenciada na primeira metade do século XX e desenvolvida ao longo deste estudo-análise.

O jornal, que funcionou até 1929, possuiu dois volumes. Contava com publicações quinzenais sobre diversos assuntos que passavam entre discussões sobre religião, ciência, educação, comportamento, assuntos internacionais, capitalismo, socialismo, medicina, direito, dentre outros. Além de textos de autoria de seus fundadores, o periódico dispunha de contribuições variadas de outros intelectuais de mesma visão ao longo de suas publicações. É possível perceber seu tom claramente ideológico em vários textos espalhados pelo periódico:

Só espíritos lamentavelmente obtusos ou sistematicamente aferrados a uma tradição em ruínas, teimam em não reconhecer a falência de velhas ideologias que foram o encanto de gerações que passaram, levando consigo a chama que aquecera os seus ídolos.

Pretender ressuscitar o que não mais existe, ou reanimar estados emotivos em contraste com novos ritmos da vida, é querer imprimir tons festivos a uma câmara mortuária. (O Tacape, 1928)

Com o fim d'*O Tacape*, Azedo, acompanhado de Pimenta, fundou e dirigiu *O Libertador*. Inaugurado à beira de uma quebra na antiga ordem nacional e do fim da supremacia do eixo São Paulo-Minas na famosa política do Café-com-Leite, o periódico se ocupava em promover a propaganda da ANL no estado de Pernambuco.

Ele propagou também a construção de um país mais justo, tendo ativa participação na reestruturação e transformação dos moldes do ensino público pernambucano. Raul, homem de grande erudição e conhecimento, exerceu, durante o longo de sua carreira, alguns cargos técnicos no Estado brasileiro relacionados à educação. Chefiou durante quatro anos, juntamente com seu genro Joaquim Pimenta, a administração do ensino público em Pernambuco, buscando executar um papel de honra e empenhado em quebrar tabus e preconceitos ainda muito presentes na sociedade pernambucana. Ocupou, também, em 1912, o cargo de titular da Inspeção Geral do Estado.

Neste contexto, em um de seus textos publicado n'*A Província* em 1920 e redivulgado n'*O Tacape* em 1929, Raul Azedo se preocupa em defender o operário Antônio Canellas, preso e banido de Pernambuco por ajudar a distribuir o livro de Faure sobre educação popular. Com o título de *Perseguições às ideias*, o intelectual advoga pelo operário e se mostra como também difusor de tais ideias e, por consequência, tão “culpado” e passível de prisão quanto ele:

Ao ler, há dias, a notícia de ter sido deportado o operário Antônio Canellas, senti um calafrio descer ao longo da espinha dorsal. Porque o plano de educação popular de que se constituiu ele propagandista, o que, até agora parece, representa a base exclusiva da perseguição movida, esse plano de educação tenho eu também de longos anos preconizado e na medida de minhas forças tentando por em prática.

Difundir a ideia de que todo o mecanismo da instrução deve assentar noções positivas sobre o universo, a terra, o indivíduo e a sociedade, tem sido sempre a

minha preocupação, desde que o meu desenvolvimento mental me permitiu manobrar, com certo desembaraço a palavra escrita ou falada.

Em artigos na imprensa diária, em conferências da Universidade Popular, nas páginas d'*A Evolução*, e pela orientação traçada para o ensino oficial do governo Dantas Barreto, nunca me desviei desse ponto de vista, que é como que uma resultante de minhas forças físicas.

Foram muitos os benefícios – ainda atualmente colhidos pela administração do ensino público do Estado – de uma reestruturação criada por essa visão que tem como característica principal, uma perspectiva de política educacional à frente de seu tempo. Gerados e empreendidos por esses intelectuais, além de diversos outros homens, a exemplo de Paulo Freire, esses benefícios ajudaram na construção de um país pedagógico e socialmente mais avançado.

Raul Azedo era declaradamente ateu e combatente do forte poder ideológico e da autoridade, que se dizia legítima, da Igreja Católica. O intelectual se ocupou, em diversos textos por ele publicados, em debater veementemente o antagonismo que ele acreditava existente entre ciência e religião. Em um de seus textos divulgado na revista *O Tacape*, em 1929 – volume II, de título *Princípios de autoridade*, o intelectual demonstra essa oposição ao produzir um artigo repleto de metáforas onde privilegia e reconhece a autoridade da ciência em detrimento do arbítrio da igreja:

Conheço dois [princípios de autoridade]: um que se apoia na razão, exercendo-se sobre as consciências por intermédio da lógica e da eloquência dos fatos, outro que se apoia na força bruta, exercendo-se, por intermédio das baionetas, sobre a passividade ou a resistência vencida; um que age pela ideia, impalpável, porém em essência um começo de movimento, outro que age pelo músculo, servo indiferente de estímulos nobres e de paixões ignóbeis.

Aquele é quase sempre o órgão da verdade, que dita leis de bronze, tão duradouras quanto o comporta a relatividade universal; este é, às mais das vezes, o instrumento do despotismo, que a paixão e o interesse transitoriamente instigam ou a ignorância desencadeia.

Um tem a natureza da Phoenix, que renasce sempre das próprias cinzas; o outro se putrefaz e se desagrega como a matéria desde que o sopro vital a desampara.

Fiel à sua posição pro-ciência e contra a religião como um todo, Azedo dedica-se a produzir uma espécie de folhetim, escrevendo, em partes, capítulos que se dividem pelas publicações quinzenais d'*O Tacape*. Com o perfil de uma novela, ele elabora diversos textos intitulados de *O Misticismo moderno*, que são aparentemente relatos reais, onde busca falsear práticas espirituais e desmascarar os líderes da religião espírita, considerados pelo intelectual, charlatões e enganadores do povo. Porventura, Raul ao escolher tal título para sua exprobação supracitada, pode ter feito alusão à categoria analítica desenvolvida por Marx denominada de *misticismo lógico*, onde o filósofo procura criticar o método especulativo da filosofia de Hegel – aparato essencial para a construção da filosofia da história marxista.

Em seu texto *As virtudes da ciência*, ele declara, como é comum em quase todos seus textos, sua descrença na religião e a supremacia da ciência em detrimento daquela:

À ciência ninguém ousará atirar a pecha de haver armado o braço do irmão contra o irmão, do pai contra o filho, da mulher contra o marido.

Por isso, com verdade vos digo, meus senhores, que os justos da ciência é que nascem, não das religiões que dividiram a espécie humana em seitas cada uma das quais se julga a privilegiada.

Para ela não há hereges que devam ser condenados à fogueira e ao cárcere; há ignorantes que procuram instruir e acolher em seu regaço.

Grande obra de paz, de justiça e de solidariedade a da ciência! Ergamos-lhe altares, meus senhores, que só ela é deusa e merece o nosso culto.

É de extrema importância ressaltar o caráter denunciador de Azedo quanto às contradições e práticas consideradas imorais e hipócritas da igreja e de seu corpo clerical. É possível notar tal delação em texto de título *Falsos Cristãos*, onde oferece uma queixa geral no que concerne o que é pregado pela religião e o que de fato é seguido como estilo de vida por esses propagadores.

A exemplo, o baiano questiona: “Contemplai o palacete arquiépiscopal do Manguinho, tendo ao lado a modesta capela que o encara com o olhar dolorido e exprobrativo: deverá ser aquela pomposa mansão, onde confluem todos os requisitos do gosto profano, a morada de um pastor da Igreja Cristã, da Igreja que inscreve a humanidade entre os deus preceitos básicos e ensina a abstinência e a renúncia?” (AZEDO, 1929). Ademais, Raul avança no artigo expondo indignação pela condição desleal e dissimulada de pessoas que clamam a

adoção de tais preceitos cristãos, mas, quando transposta para a vida real, se percebe a clara condição de voluntária superioridade quanto aos demais e ostentação dissonante.

Vale salientar também a postura reivindicadora que Azedo assume ao dissertar sobre o papel exercido pela imprensa brasileira no que concerne a assuntos fora da esfera de interesses conservadores. O jornalista imputa a ignorância, a influência clerical desmedida, a pretensa superioridade nacional e a indiferença apática percebidas nos meios de comunicação tradicionais. Ele, assim, questiona de forma um tanto retórica se seria a imprensa a favor de uma honesta distribuição da informação ou estaria ela a serviço de utilidades reacionárias e a margem de manipulações baratas.

A fim de ilustrar o quesito, pode-se citar especificamente seu texto de nome *O exemplo do México*, onde ele expõe em tom de arguição o empenho dos formadores de opinião brasileiros em descaracterizar a luta travada no país. Raul elucida as possibilidades para o incitamento à luta contra o governo mexicano presente nos principais meios de comunicação nacionais e julga que tais aparatos fornecem um transvio do “juízo coletivo e não deixam perceber que os magnos problemas cuja solução está custando rios de sangue àquela república são os magnos problemas de toda a América Latina, e, por conseguinte, os magnos problemas da nação brasileira, inexistentes para os governantes, tão ineptos quanto rapaces.” (AZEDO, 1929)

Em seguida, caminhando em direção contrária à percorrida pela imprensa nacional, com o propósito de exaltar os esforços do governo mexicano, Raul expõe opinião do famoso José Ingenieros, grande pensador argentino, sobre o, na época, presidente do México Plutarco Calles, em 1925, logo após sua visita ao país:

O presidente Plutarco Elias Calles, que atualmente dirige os destinos do povo mexicano, é um estadista excepcional, uma personalidade notável por qualquer face que seja encarada, um homem digno de admiração das inteligências cultas.

Educado nas ideias socialistas do seu país, o General Calles está organizando um governo de reparação e de justiça conduzindo o México por linhas nítidas na direção das reformas sociais.

Por isso ele é apoiado por milhões de operários e cultivadores do solo, que representam as forças vitais da nação. Poucos elementos no México se opõem a este grande fecundo programa de reconstrução nacional, que deveria servir de exemplo a todas as nações da América. (MURRAY, 1927 apud AZEDO, 1929)

É com base nos esforços realizados por Raul Azedo, por intermédio de seus escritos e de seu engajamento social, no tocante à construção de um país mais justo e questionador, que podemos perceber a clara influência que este pensador desempenhou no desenvolvimento da cultura pernambucana, gerando enormes benefícios para esta sociedade como um todo.

Com formação na medicina, porém alma e dedicação ao jornalismo ideológico reivindicador, Azedo demonstra que é possível lutar por seus valores e ideologias mesmo em uma sociedade reacionária que defende os interesses de uma minoria privilegiada em detrimento de uma massa explorada social e economicamente. Partindo desta perspectiva, portanto, é de extrema importância a exaltação e o aprofundamento de pensamentos como os deste baiano, que além de travar esta batalha em favor de uma sociedade melhor e mais igualitária, juntamente com outros intelectuais de mesmo viés, contribuiu para a formação de uma sociedade recifense cultural e intelectualmente mais rica e vívida.

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. **A Política**. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal – Vol. 16. Tradução Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Editora Escala, 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política** – Vol. 2. 12.ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CALLES, Plutarco E. **Mexico Before the World**. Trans. Robert H. Murray. New York: The Academy Press, 1927.

CARR, Edward Hallett. **Vinte Anos de Crise 1919-1939: Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais**. 2.ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

HILL, Christopher. **O Mundo de Ponta-Cabeça**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

LANGENBUCHER, Wolfgang, comp. L275a. **Antologia Humanística Alemã: O Engajamento Social na Literatura Alemã a Partir da Idade Média Até a Atualidade; Coordenação e supervisão Prof. Walter Koch**. – Porto Alegre: Editora Globo, 1972.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Tradução Maria Lucia Camo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998 – Coleção Leitura.

MOTA, Aroldo. **História Política de Tauá**. Fortaleza: ABC Editora, 2002.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. 7.ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PLATÃO. **A República**: Obra completa. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal – Vol. 4 e 5; trad. Ciro Mioranza. 2.ed., São Paulo: Editora Escala, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4.ed., Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Verbetes: **PIMENTA, Joaquim**. In <www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso: 30 de janeiro de 2014.